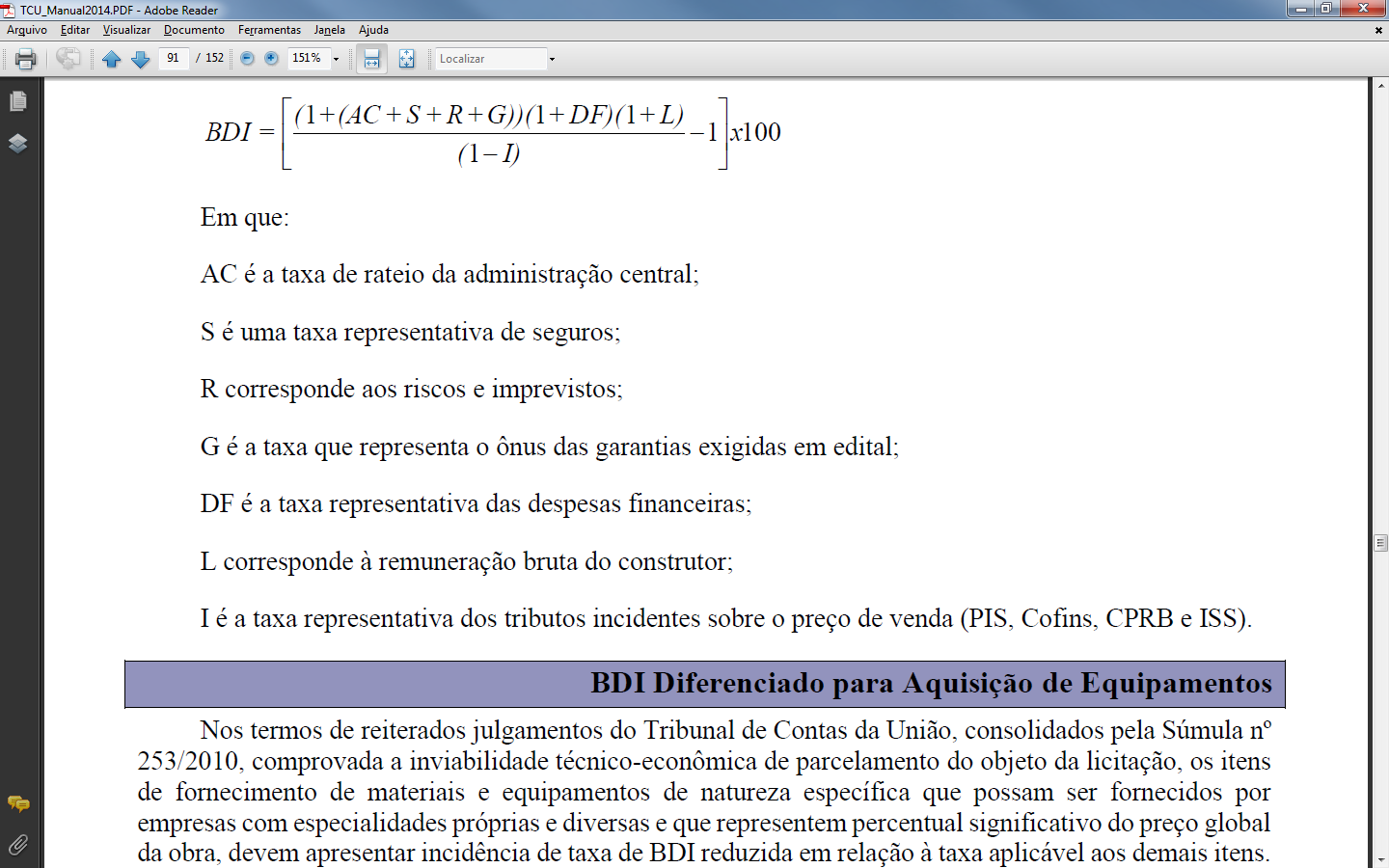
**ANEXO III**

**COMPOSIÇÃO DO BDI**

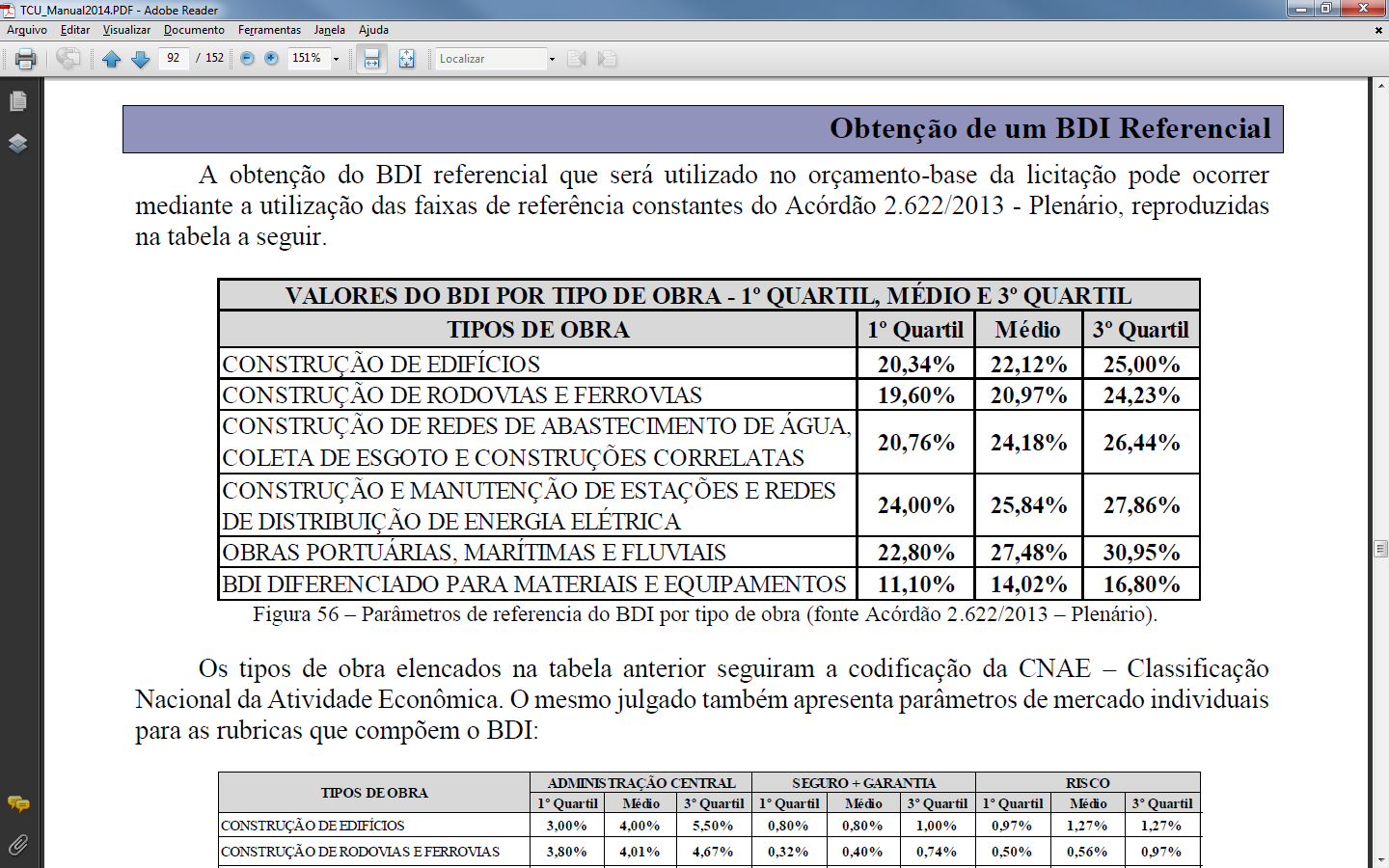
Este documento apresenta os percentuais máximos de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI que incidirão sobre os custos diretos. Os cálculos se basearam na publicação do Tribunal de Contas da União “ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE OBRAS PÚBLICAS”.

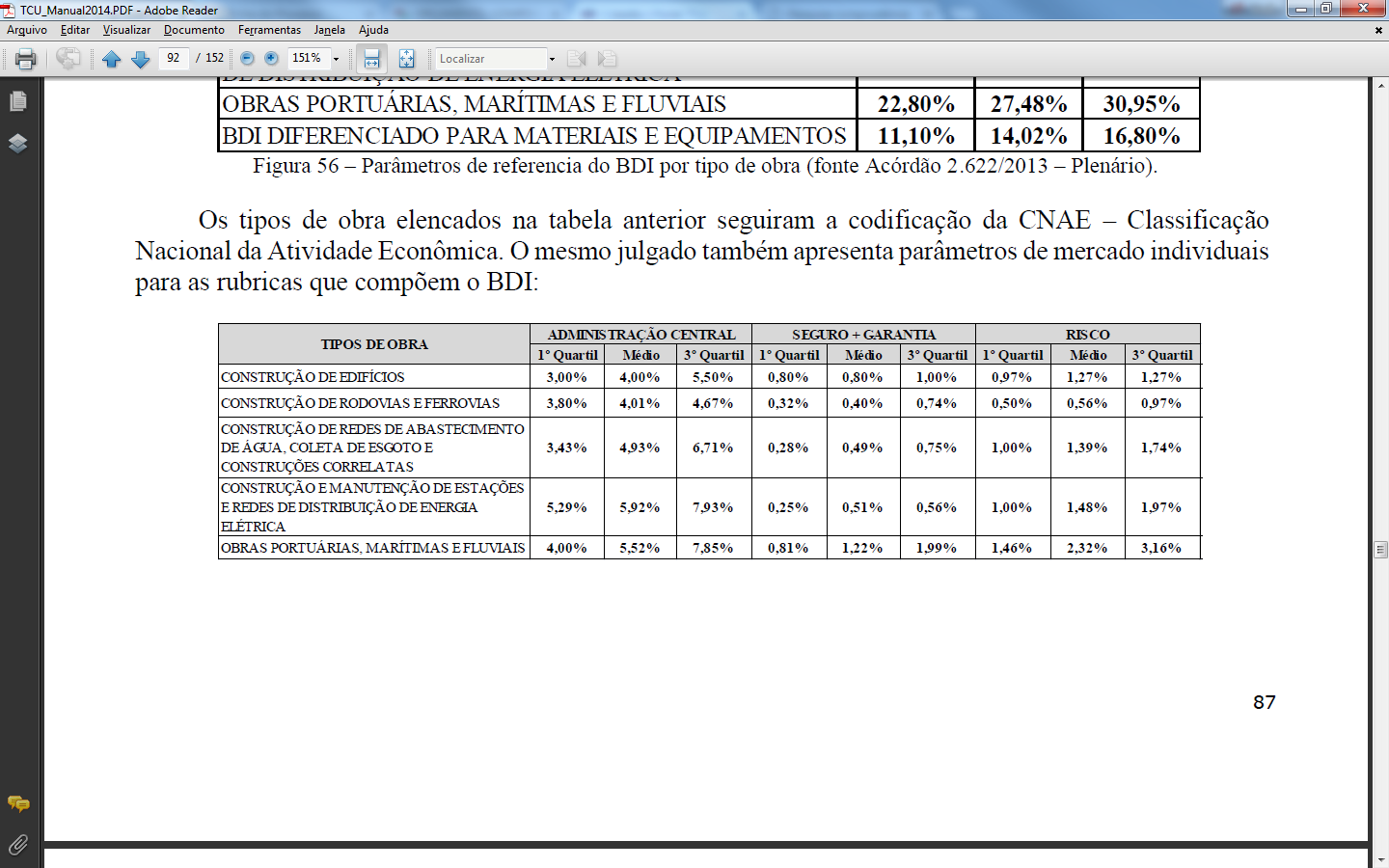
**1. EQUAÇÃO DO BDI**

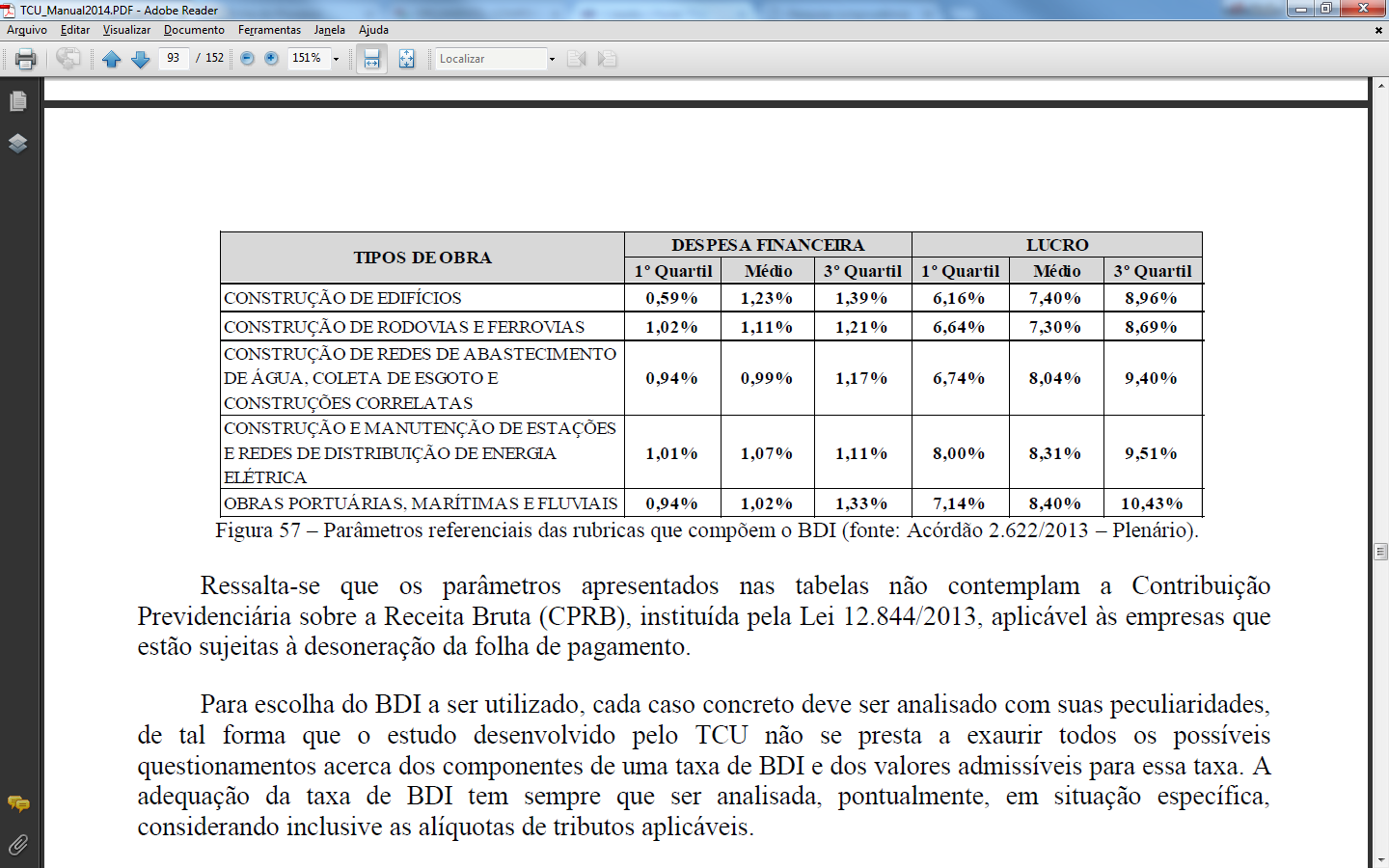


**2. VALORES ADOTADOS**

Faixas de referência do BDI e de suas parcelas, constantes do Acórdão 2622/2013-Plenário TCU:







Para a presente contratação, foram adotados os valores médios do tipo de obra “CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS” por se entender que é o que mais se aproxima do objeto contratual:

*AC = 4,00%*

*Seguro + Garantia = 0,80%*

*Risco = 1,27%*

*L = 7,40%*

Para o item Despesas Financeiras (DF), foi utilizado o valor médio mensal da taxa SELIC obtido de um período de 12 meses (período igual ao prazo contratual). O período consultado foi entre julho de 2021 e junho de 2022. Mais informações sobre o tema podem ser encontradas nos acórdãos 325/2007, 2369/2011 e 2622/2013, todos do TCU. Dessa forma:

*DF = 0,698%*

Quanto aos impostos, temos:

*PIS = 0,65%*

*COFINS = 3,00%*

*ISS = 3,00%*

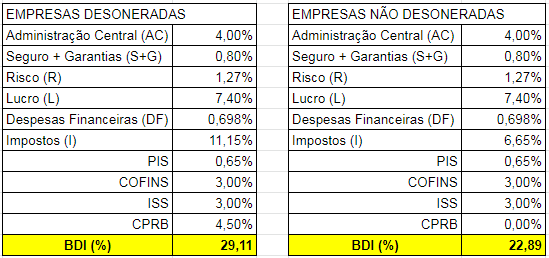
*CPRB = 4,50% (instituída pela Lei 13.161 de 31 de agosto de 2015)*

Totalizando:

I = 11,15%

**3. CONCLUSÃO**

Inserindo os valores acima na equação do BDI, temos os seguintes percentuais máximos:



**4. REFERÊNCIAS**

- Acórdão TCU 325/2007

- Acórdão TCU 2369/2011

- Acórdão TCU 2622/2013

- Lei 13.161 de 31 de agosto de 2015

- Publicação do Tribunal de Contas da União: “ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE OBRAS PÚBLICAS”, 2014